
CENTRO RURAL UNIVERSITÁRIO DE TREINAMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA - UM RESGATE HISTÓRICO 1975-1986

Maria da Trindade Ferreira Leite¹, Benevina Maria Vilar Teixeira Nunes²

¹ Mestre em Enfermagem. Professor Adjunto do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Piauí, Brasil. E-mail: trinleite@bol.com.br

² Doutora em Enfermagem. Professora do Programa de Mestrado em Enfermagem da UFPI. Piauí, Brasil. E-mail: benevina@ufpi.edu.br

RESUMO: O estudo tem com objetivo analisar o desenvolvimento do estágio rural ocorrido na Universidade Federal do Piauí de 1975 a 1986 e discutir a trajetória do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária. A metodologia é qualitativa, com abordagem sócio-histórica, utilizando a história oral temática. As fontes primárias foram depoimentos de 16 sujeitos, documentos escritos e, fontes secundárias como livros e artigos que abordam a temática. Os resultados evidenciam a história da extensão universitária vivida pelos discentes e docentes da Universidade Federal do Piauí, no interior do estado nas décadas de 1970 e 1980, nos moldes da Reforma Universitária. O treinamento dos alunos nas ações comunitárias revelou aspectos da realidade nacional e do contexto local na visão dos sujeitos que vivenciaram esse processo. Os professores consolidaram o projeto atenuando a força do assistencialismo vigente. A política de extensão perdeu significado no final da década de 1970 e o estágio rural foi extinto.

DESCRIPTORIOS: Relações-comunidade instituição. Ensino superior. História.

RURAL UNIVERSITY CENTER FOR TRAINING AND COMMUNITY ACTION - A HISTORIC RECOVERY 1975-1986

ABSTRACT: The objective of this study is to analyze the rural curricular internship classes held at the Federal University of Piauí, Brazil from 1975 to 1986 and to discuss the development of the Rural University Training and Community Action Center. The methodology is qualitative with a social historic approach, using the oral history theme. The sources were the speech of 16 people, written documents and secondary sources such as books and articles that deal with the subject. The results show the history of university extension as lived by professors and students of Federal University of Piauí in the countryside of the state of Piauí during the 70's and the 80's, in the models of the university reform. Student training in community actions revealed aspects of the national reality and of the local context from the perspective of the actors of the process. The professors consolidated the project diminishing the strength of existing care practices. The extension policy lost its meaning at the end of the 70's and the rural curricular training classes were discontinued.

DESCRIPTORS: Community-institutional-relations. Education, higher. History.

CENTRO RURAL UNIVERSITARIO DE ENTRENAMIENTO Y ACCIÓN COMUNITARIA - UN RESCATE HISTÓRICO 1975 - 1986

RESUMEN: El objetivo del estudio es analizar el desarrollo de la práctica rural realizada en la Universidad Federal de Piauí de 1975 a 1986, y discutir la trayectoria del Centro Rural Universitario de Entrenamiento y Acción Comunitaria. La metodología es cualitativa con abordaje socio-histórico, utilizando la historia oral temática. Las fuentes primarias fueron las declaraciones de 16 sujetos, documentos escritos y fuentes secundarias como libros y artículos que abordan la temática. Los resultados muestran la historia de la extensión universitaria vivida por los alumnos y docentes de la Universidad Federal de Piauí en el interior del estado en las décadas de 70 y 80, en el marco de la Reforma Universitaria. El entrenamiento de los alumnos en las acciones comunitarias reveló aspectos de la realidad nacional y del contexto local en la visión de los sujetos que vivieron ese proceso. Los profesores consolidaron el proyecto atenuando la fuerza de la práctica asistencial vigente. La política de extensión perdió relevancia al final de la década de 70 y las prácticas rurales fueron canceladas.

DESCRIPTORIOS: Relaciones comunidad- institución. Educación superior. Historia.

INTRODUÇÃO

O objeto do presente estudo é o processo histórico de desenvolvimento do projeto de extensão realizado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) no Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), no período de 1975 a 1986.

A modalidade de extensão universitária desenvolvida no CRUTAC surgiu na realidade brasileira em 1966, por iniciativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.¹ A experiência se desenvolveu em 22 universidades brasileiras, nos estados do Nordeste, no Amazonas, Pará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás e tinha o apoio financeiro da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.²

A existência do CRUTAC nas universidades deveu-se à reformulação do ensino universitário determinado pela Lei Nº 5.540 de 28 de novembro de 1968,³ que tornou obrigatório o desenvolvimento de programas de extensão nas instituições de ensino superior do país, os quais deveriam ter a função de promoção cultural, artística, cívica e desportiva do corpo discente, oportunizando a participação estudantil na vida da comunidade, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento.⁴

Nesse contexto, o significado da educação como um fator de desenvolvimento, a partir de 1964, passa a ser fortemente percebido pelas forças políticas no Brasil. Todavia, as mudanças no sistema educacional só foram implementadas a partir de 1968, quando já aconteciam modificações mais profundas na vida da sociedade e na economia.⁵

Uma dessas mudanças se caracterizou pelo aumento da demanda de alunos para o ensino superior. "No período de 1964-1968 o número de candidatos às escolas superiores cresceu 120%, taxa superior à elevação do número de vagas que foi de 56% no mesmo período".^{6:238-9} Essa diferença provocou um percentual significativo de alunos excedentes criando as condições para contestação da política educacional e desencadeando as reformas tanto no ensino superior como no ensino médio.

A Reforma Universitária (RU) aconteceu como uma medida de contenção das manifestações de descontentamento da população com o ensino superior, principalmente, das camadas médias, diante das dificuldades na obtenção do diploma de curso superior, considerado, à época, como um requisito de ascensão social. Caso o governo aten-

desse indiscriminadamente à demanda de escolarização superior, isso resultaria, num curto espaço de tempo, em desemprego profissional. Então, a solução encontrada pelo grupo de trabalho da RU foi a profissionalização do ensino médio. Dessa maneira, a política educacional passa a atribuir ao novo ensino médio profissional a função de barrar o acesso à universidade.⁵

No Piauí, o trabalho de extensão realizado pelo CRUTAC, ocorreu de forma multiprofissional com graduandos dos dois últimos períodos de diversos cursos da UFPI. Os alunos se deslocavam para a área do projeto, de forma sistemática, e cada grupo permanecia, em média, quinze a trinta dias de acordo com a carga horária curricular de cada curso, de modo que o projeto não sofria solução de continuidade.

Nessa perspectiva, o CRUTAC foi criado pelo Ato da Reitoria Nº 189/75,⁷ para desenvolver um programa de extensão, como órgão suplementar do ensino e da pesquisa, responsável pelo treinamento, no interior do estado, de universitários concludentes, visando à interiorização da universidade e à promoção do homem em suas comunidades.

Essa atividade de extensão foi uma ilustração da importância de um projeto educacional de estudantes universitários, que teve uma perspectiva de exercício da cidadania. Nesse sentido, considera-se importante o resgate histórico dessa experiência, para que subsidie uma reflexão sobre a extensão universitária na atualidade, que se considera fundamental para garantir a missão social da universidade de formar cidadãos comprometidos com a sociedade em que vivem, construindo, numa ação coletiva e participativa, novas atitudes a partir da realidade vivida, como preconizam as diretrizes educacionais, principalmente para a área da saúde.

Os objetivos do estudo foram: analisar o desenvolvimento do estágio rural universitário ocorrido na UFPI no período de 1975 a 1986 e discutir a trajetória do CRUTAC no contexto das políticas públicas de saúde e educação vigentes no país à época do recorte histórico.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo de natureza sócio-histórica, utilizando a história oral temática, mediada pela entrevista, que parte de um assunto específico preestabelecido, compromete-se com o esclarecimento ou opinião do entrevistado

sobre algum evento definido. A objetividade é direta e fundamental para a aquisição dos detalhes procurados, tem caráter de depoimento.⁸

Essa corrente de pensamento da história encontra-se inserida no movimento denominado de nova história, que apontou diretrizes para os estudos históricos, substituindo a narrativa tradicional dos acontecimentos por uma história-problema, que não se preocupa somente com documentos oficiais escritos, mas também com toda e qualquer evidência histórica. Essa perspectiva permite construir outras formas de evidências históricas, uma vez que nem sempre os documentos existentes são esclarecedores de fatos relativos ao fenômeno histórico.⁹

A produção de dados do estudo proveio de fontes primárias (orais e escritas) e secundárias. As fontes primárias orais foram obtidas dos depoimentos dos sujeitos do estudo por meio de entrevistas semi-estruturadas, que se constituíram de 16 pessoas que participaram das atividades do CRUTAC na época do desenvolvimento do projeto, como professores da UFPI (médico, enfermeira, odontólogo, e assistente social) e discentes (ex-alunos) como também, pessoas da comunidade de abrangência do projeto presentes à época do recorte histórico. Com o objetivo de preservar o anonimato dos entrevistados foram estabelecidos códigos sucedidos de número conforme a ordem de aparecimento no texto, M (Médico), E (Enfermeiro), O (Odontólogo), AS (Assistente Social), D (Discentes) e C (Comunitários).

O processo de seleção dos sujeitos se deu a partir do conhecimento daqueles que marcaram seu envolvimento com o projeto, assim como, pela informação gerada durante o processo de entrevistas que sempre remetia a outros participantes. As entrevistas foram gravadas e realizadas nas cidades de Teresina e Bom Jesus, municípios para onde os pesquisadores tiveram que se deslocar.

Os sujeitos foram informados acerca dos objetivos da investigação e das questões éticas relativas ao sigilo de dados confidenciais, como ao anonimato das informações e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, segundo os parâmetros estabelecidos pela Resolução Nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Piauí – CAAE – 0101.0.045.000.05.

As fontes primárias escritas utilizadas foram pesquisadas junto aos setores da UFPI, que tiveram relação com o projeto, como Departamento

de Enfermagem, Centro de Ciências da Saúde, Pró-Reitoria de Extensão e Secretaria de Gabinete da Reitoria. As fontes escritas que ainda foram possíveis resgatar foram: Atos da Reitoria Nº 189/1975, 45/1976, 46/1976 que, respectivamente: cria o programa na UFPI, define a estrutura e funcionamento do CRUTAC e define a forma de participação dos alunos no projeto; três relatórios de atividades anuais e o organograma e diagrama de funções e objetivos do projeto. Esse tipo de recurso foi utilizado porque a perspectiva da nova história permite utilizar-se de toda e qualquer evidência como documentos originais como “fotografias, cartas, memorandos, processos judiciais entre outros e de outras fontes”^{10:27-8}.

Em função dos poucos documentos encontrados sobre o trabalho desenvolvido pelo CRUTAC no Piauí, e na própria UFPI, entende-se que a história oral oportunizou o resgate de dados importantes, pois a proximidade contemporânea do fato nos permitiu contar com a maioria dos atores ainda no cenário da vida, com possibilidades de colaborar com a pesquisa.

Também foram utilizadas, como fontes secundárias, publicações específicas da época que propiciaram contextualizar o estudo do ponto de vista político, econômico e social, naquele contexto histórico, além de contribuir nas arguições e contra-argumentações das informações recebidas dos entrevistados.

A análise e interpretação dos dados procederam-se no seguinte ordenamento: na primeira etapa foi realizada a transcrição e revisão do texto gravado durante cada entrevista, resguardando a linguagem própria de cada informante. Num segundo momento, fez-se a leitura e releitura das transcrições e a codificação, o que permitiu o estabelecimento de uma reorganização dos dados e a construção das categorias do estudo, sua análise e interpretação.¹¹

Concluída essa fase, procedeu-se à narrativa histórica, estabelecendo relações entre os dados e as circunstâncias históricas, apresentando um conhecimento sobre o objeto de estudo, como uma reflexão, pois a recuperação do passado se faz a partir de uma representação que não é arbitrária porque é construída a partir de evidências, todavia não pode ser totalmente objetiva porque é permeada da subjetividade do pesquisador e, portanto, não foi construída como um produto acabado, mas com possibilidade de ser questionado e aprofundado a partir de um conhecimento histórico produzido.¹²

CONSIDERAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária surgiu no Brasil em 1917 na Universidade Popular que originou a Universidade de São Paulo. Todavia, somente em 1931 aparece a primeira referência a extensão universitária, por meio do Decreto Federal Nº 19.851, referente ao Estatuto da Universidade Brasileira que a concebia com “[...] a idéia de elevação cultural daqueles que não participavam da vida universitária”.^{13:226}

Em 1961, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 4.024), faz “[...] uma breve referência à extensão universitária concebendo-a como cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou qualquer outro que a instituição de ensino determinasse como curso aberto a candidatos externos”.^{13:226}

No período de 1960 a 1964, os primeiros movimentos de extensão universitária foram desenvolvidos na universidade a partir da iniciativa voluntária de parcela da comunidade universitária, docentes e discentes, incomodada com a forma como extensão era desenvolvida. Assim, a extensão universitária era “[...] representada pelo movimento estudantil que atuava junto aos movimentos sociais com atividades político-ideológicas, nas quais se discutiam os problemas nacionais”.^{4:58}

Com a mudança do regime político no Brasil, a partir de 1964, docentes e discentes sofrem processo de repressão, fato que prejudica o avanço da extensão universitária como prática de socialização do conhecimento científico produzido nas universidades. “A repressão no pós 1964, atingiu duramente a educação e os movimentos de educação e cultura popular são banidos e seus participantes perseguidos presos e cassados e os estudantes são dispersados”.^{14:106}

Dessa forma, como medida de contenção das manifestações de descontentamento da população com o ensino superior, o governo instala o processo da RU, pois caso não atendesse a demanda de escolarização superior, isso resultaria, num curto espaço de tempo, em desemprego profissional. Estrategicamente, o grupo de trabalho da Reforma propôs a profissionalização do ensino médio e a política educacional passa a atribuir ao novo ensino médio profissional, uma função também contendedora, porque foi uma forma de barrar o acesso à universidade.⁶

Nessa perspectiva, a universidade brasileira chega a 1968 enfrentando severas críticas do movimento estudantil e parte do corpo docente,

em relação a sua estrutura oligarca, dominadora do saber e centralizadora de poder. A redefinição do jogo político no pós 1964, a pressão dos movimentos sociais, as reivindicações da comunidade universitária, em especial dos estudantes, as lutas pela expansão do ensino universitário, levam o governo a criar a Comissão Meira Matos, para analisar a crise estudantil. Cria também o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), que se transforma na Lei de Nº 5.540/68 da RU.¹⁴

Assim, os programas de extensão, da natureza do CRUTAC e do Projeto Rondon, criados em 1966 e 1968, respectivamente, aproximavam alunos da realidade dos serviços e das necessidades das populações, principalmente, nas regiões em que o Estado não conseguia prover a população de assistência à saúde, educação e demais serviços. O CRUTAC-PI trabalhou com um número significativamente maior de alunos da área de saúde.

Em 1970, O Ministério da Educação e Cultura (MEC) institucionaliza o CRUTAC em todo o país e em 1975 elabora a primeira Política de Extensão Universitária no Brasil.¹³ O CRUTAC no Piauí foi criado sob a égide dessa política.

Com relação à política de saúde, ocorreu uma tendência do Estado em conferir prioridade ao tratamento de saúde curativa em detrimento de medidas preventivas. Nesse sentido, foram carreados para a assistência hospitalar grande somas de recursos públicos, fato que repercutiu no mercado de trabalho, no modelo de formação dos profissionais de saúde e na orientação dos currículos das escolas, cujo ensino foi centrado predominantemente nos ambientes hospitalares, voltado para as especializações e para o cuidado de caráter curativo.

Convém mencionar que essa política privatizante no setor saúde promoveu um crescimento da população previdenciária, sendo que a população que não contribuía para a previdência não tinha acesso à assistência curativa, ficando à mercê dos poucos recursos do Estado para atender os seus problemas de saúde. Assim, parte dessa população constituía-se na clientela dos alunos da área de saúde no CRUTAC. Dessa forma, os programas de extensão instituídos pela RU fortaleceram o sistema político do país, ao prestarem serviços de saúde e educação às comunidades rurais.

O INICIO DA EXPERIÊNCIA NO CRUTAC (1975-1977)

Em 1976 o CRUTAC foi normatizado e definido na estrutura administrativa da UFPI de acor-

do com o Ato da Reitoria N° 45/1976,¹⁵ ao tempo em que foi também regulamentada a participação de estudantes no referido projeto.¹⁶ No processo de estruturação foram os próprios professores que sugeriram as localidades e se envolveram com as autoridades locais para efetivarem o processo de interiorização.

[...] *Fomos à cidade de Bom Jesus-PI, pois queríamos interiorizar a universidade, lá ficava isolado de Teresina, e obtivemos uma boa receptividade dos médicos do hospital, do prefeito e das com lideranças [...]* (E 2).

Para sediar o CRUTAC foi escolhido o município de Bom Jesus do Gurguéia, localizado a 632 km de Teresina, a capital do estado. A escolha da região deveu-se ao fato do município ser potencialmente rico em produtos agropecuários, porém, deficitário de assistência à saúde, educação e atenção do poder estadual.¹⁷

A implantação aconteceu no momento em que estava sendo divulgado pelo MEC a primeira Política de Extensão Universitária (PEU) no Brasil, constituindo-se em avanços conceituais significativos o que “foi motivo de acirrados debates e disputas ideológicas entre o MEC e as universidades”.^{13:226}

Embora a PEU no Brasil tenha sido elaborada em 1975, o CRUTAC-PI inicia suas atividades somente em novembro de 1976, com um grupo de estudantes de vários cursos, entre eles: odontologia, educação para o lar, educação física, pedagogia e enfermagem, coordenados por uma professora do Curso de Graduação em Enfermagem, conforme expressa o depoimento.

[...] *Eu tive o cuidado de elaborar uma programação simples e por ter experiência em Saúde Pública não foi difícil para seguir com os alunos. Desloquei-me para cumprir uma programação de quinze dias. Nesse momento, a Reitoria já havia entrado em contato com a paróquia de Bom Jesus, garantindo a hospedagem dos alunos e o estágio se iniciou sobre a minha responsabilidade. Assim, começou o CRUTAC com a primeira turma* (E1).

As primeiras turmas que trabalharam em Bom Jesus ficaram na localidade por um período de tempo determinado, com um único supervisor, conforme depoente anterior. Essa modalidade de estágio fugia dos objetivos antes traçados pelo projeto de interiorização da universidade, que queria a permanência constante de docentes e discentes, oportunizando uma experiência interdisciplinar, vivência da realidade em uma ação comunitária capaz de promover o intercâmbio entre a universidade e comunidade.

Somente a partir de 1977, o programa recebeu a primeira equipe que se fixaria em Bom Jesus,

composta por um médico e uma enfermeira, que contratados como docentes em tempo integral, eram profissionais recém formados com pouca experiência nesse tipo de trabalho, porém possuíam a juventude e o ideal que os faziam acreditar na possibilidade de transformação social via aquele projeto.¹³

Em 1978, outros profissionais foram agregados ao projeto, de forma que ao final do ano o grupo de trabalho contava com uma equipe mínima multiprofissional composta por duas enfermeiras, um médico, uma assistente social, um educador físico, um dentista, um agrônomo, uma técnica em educação para o lar e uma secretária, todos residentes no município de Bom Jesus. Este grupo de profissionais desenvolveu ações e serviços no CRUTAC dando visibilidade ao projeto que a partir de então toma outra perspectiva.¹⁷

A ORGANIZAÇÃO DO CRUTAC (1978-1982)

A organização do CRUTAC expressa no seu organograma, previa uma subordinação direta à Reitoria e interligação com a Pró-Reitoria de Extensão e os Centros de Ciências da Saúde, Educação, Agrárias, Natureza, Tecnologia, Humanas e Letras, abrangendo todos os alunos e professores. Previa ainda um Coordenador Geral que era indicado pelo Reitor por um período de dois anos, uma assessoria técnica composta por professores, uma coordenação de área formada por um professor de cada centro e uma coordenação local com sede na área de desenvolvimento do projeto desenvolvida por professores da UFPI.¹⁸

O CRUTAC foi instalado no prédio cedido pelo bispo da prelazia de Bom Jesus, sendo que a doação do mesmo fez parte de acordos firmados entre a Universidade e a comunidade política e religiosa local, por intermédio dos acertos celebrados na escolha do município para sediar o projeto, considerando que se tratava de um espaço com dimensões adaptáveis às necessidades e o único da região, como relatam os depoentes.

[...] *Entre o CRUTAC e a Prelazia ocorreu uma troca, porque o prédio onde o CRUTAC se instalou foi cedido pela Prelazia, porque Bom Jesus, naquela época, não dispunha de hotéis que pudessem hospedar esse pessoal [...]* (E3).

[...] *Nós tivemos apoio e abertura da igreja que tinha um prédio e colocou à disposição da UFPI. Eles tinham a intenção de montar ali uma escola agrícola [...]* (E2).

[...] *O CRUTAC teve apoio da comunidade, do prefeito e da igreja na pessoa do Bispo [...]* (AS1).

Esses acordos faziam parte da política promovida pela RU que recomendava parcerias com a comunidade local, na implantação de projetos de extensão, o que incluía os acertos com a comunidade política local. No caso do CRUTAC na cidade de Bom Jesus, essa parceria foi bem sucedida.

Vale ressaltar que a hospedagem funcionava para os alunos, professores que fixaram residência em Bom Jesus, cujos familiares não residiam no local e professores visitantes, que recebiam alimentação básica, roupa lavada e transporte para os locais de trabalho. A gerência do alojamento era da responsabilidade dos professores, conforme referem os depoimentos.

[...] quantas vezes nós carregamos alunos em nossos carros, transportávamos para as suas atividades, quantas e quantas vezes tivemos que tratar alunos com recursos próprios, porque lá não tinha nada disponível (O1).

[...] sofremos o isolamento pela distância e falta de meios de comunicação. As finanças não tinham um orçamento prévio e era difícil manter um grupo de 70 a 80 estudantes das mais diversas tendências numa comunidade a quase 700 km de distância, por períodos de 30 dias (M2).

As dificuldades de financiamento de programas educacionais em geral denotaram problemas relacionados à própria política governamental, que submeteu a educação ao modelo econômico e as decisões sobre os investimentos na educação, no caso da extensão, não demonstravam uma visão crítica e impediam o desenvolvimento de programas socialmente transformadores da vida das comunidades.¹⁹

Analisando por essa perspectiva, entendemos que o planejamento orçamentário para o CRUTAC ocorria de forma desordenada e improvisada, provocando as dificuldades impostas ao programa tão enfatizadas pelos depoentes. Porém, apesar das dificuldades advindas da UFPI a aproximação dos alunos e professores da mesma com a comunidade foi uma experiência de confronto da teoria com o mundo real das comunidades pobres do estado do Piauí, naquele momento histórico, aproximando a universidade dessas populações.

Nesse sentido, os programas de extensão universitária apresentam a importância de sua existência, na relação estabelecida entre as instituições e a comunidade, consolidando-se por meio da aproximação e troca de conhecimentos e experiências entre professores, alunos e a população.²⁰

ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS ASSISTENCIAIS

Após a superação inicial dos óbices da sua consolidação no município de Bom Jesus, o CRUTAC organiza seu trabalho naquele município, visando à interiorização da universidade para treinamento do aluno frente à realidade rural, redução da pobreza e do analfabetismo generalizado, como previa a política desenvolvimentista do governo militar.

Assim, o planejamento do trabalho pedagógico das práticas locais, no primeiro momento, fugiu dos princípios da interdisciplinaridade acadêmica que deveria ser vivida pelo corpo docente e discente na extensão. Nesse período, os alunos eram atendidos por dois professores que fixaram residência em Bom Jesus, que envolviam os alunos na programação da Secretaria de Saúde do Estado, como revela o depoimento.

[...] As ações do CRUTAC consistiam em atividades curativas e preventivas por meio dos programas determinados pelo Ministério da Saúde como: assistência à gestante, Hanseníase, Tuberculose, esses programas que já existiam naquela época implantados de maneira tímida. [Programas do MS desenvolvidos pela Secretaria de Saúde-PI] (M2).

Após o período de acomodação, os professores foram amadurecendo as formas de ensinar no CRUTAC, ampliando a equipe no local do projeto e no início do ano de 1979 deixou de ser um projeto de ações eventuais, sistematizando suas ações numa perspectiva de contra-reação ao que estava posto. Assim, “o regime militar, ao tempo que destruiu experiências em algumas universidades, permitiu o surgimento de programas alternativos ou uma ‘universidade crítica’, nesse mesmo processo”.^{14:150}

Para desenvolvimento dessas ações educativas foi criado o Programa Integrado de Ação Comunitária (PIAC), que abrigava os subprogramas: Integração Comunitária, Materno/Infantil, Saúde Escolar, Creche, Pró-gente Rural, Saneamento e Habitação, Vigilância Epidemiológica e Apoio a Agropecuária.

[...] Cada semestre identificávamos as dificuldades da região, das comunidades, o projeto foi ampliando, crescendo profissionais de outros cursos, procurando contatos com lideranças comunitárias e políticas para firmar nossas ações em cima dos programas, como o Programa Integrado de Ação Comunitária (PIAC) que abrigava vários subprogramas (M1).

Convém enfatizar que essas ações foram possíveis porque no final da década de 1970 se iniciou uma pequena abertura política que mobilizou alunos e professores para o desenvolvimento de um trabalho criativo, deixando o CRUTAC de ser apenas uma prestação de serviços assistencialista para permitir o desenvolvimento comunitário participativo.

A viabilização desse projeto foi sendo conquistada ao longo de avanços e recuos. Nessa perspectiva, os relatos apontam que o CRUTAC, apesar de suas contradições, oportunizou transformações no âmbito daquela comunidade, como demonstram os depoimentos.

[...] conseguimos nos articular com as comunidades, desenvolver atividades educativas, formar grupos, identificar necessidades. As trocas de experiência dos estudantes com a comunidade tinham uma perspectiva educativa muito forte, porque existia o prazer da relação na troca de saberes academia/comunidade (AS1).

O discente se engajava na programação à proporção que chegava ao local, envolvendo-se no levantamento dos problemas de uma área, nas ações planejadas, na avaliação e relatório final.

[...] ao chegarmos ao CRUTAC tivemos uma reunião para discussão do plano de ação do grupo. Eu, com o colega de medicina e outra de enfermagem, nos foi dada a tarefa de realizar levantamento sócio econômico de um município da região que seria incluído no projeto [...] me senti deslocada da equipe, eu não esperava sair da sede. Só depois entendi (D1).

[...] Aprendi muito no CRUTAC a realidade da pobreza foi uma experiência diferente, pois o que estudávamos na universidade era muito distante daquela realidade [...] (D2).

O CRUTAC foi responsável pela mudança de mentalidade da comunidade, fato que se refletiu no desenvolvimento da região, como relatam os depoentes.

[...] a comunidade de Bom Jesus participava das reuniões. Eu acho que na educação e saúde o CRUTAC deixou uma contribuição pra região, porque nessa época aqui era muito atrasado, uma cidade muito parada. As ações do CRUTAC foram o ponta-pé inicial para acordar muitas coisas nessa região (C1).

[...] tenho lembranças da atuação do CRUTAC, aqui em Bom Jesus, porque foi influente na época, lembro da intenção do CRUTAC em desenvolver a região, trabalhando na área de saúde, educação e Agricultura (C2).

Nesse sentido, entende-se que a extensão desenvolvida no CRUTAC foi rica em interação com a comunidade, todavia não se pode negar o seu cará-

ter assistencialista, pois entende-se que os preceitos de uma interação sistematizada com a comunidade vise não só contribuir para o seu desenvolvimento, mas dela buscar experiências para avaliação e revitalização do ensino e da pesquisa.²¹

O ENCERRAMENTO DO PROJETO

No final da década de 1970, entraram em declínio os projetos extensionistas do governo militar, que não conseguiam manter as atividades de extensão do porte do CRUTAC. Esse fato ocorreu em virtude da crise econômica deflagrada com o fim do “milagre brasileiro”, em que a década de 1980, arcou com o ônus da euforia anterior que deixou o Brasil endividado e sujeito ao jugo do Fundo Monetário Internacional.⁴

Essa conjuntura política fez com que o projeto fosse transferido para o município de Barras-PI, a 120 km da capital Teresina. Nesta região, iniciaram-se em outubro de 1981 as atividades em caráter experimental, desenvolvendo ações de atenção primária na saúde com os cursos de medicina e odontologia. Em janeiro de 1982, é realizado um seminário com o corpo docente do CRUTAC, técnicos da Secretaria de Saúde e Educação, representantes políticos e líderes locais, momento em que se firma a decisão de transferência do projeto do município de Bom Jesus para o de Barras. E em março do mesmo ano a equipe residente em Bom Jesus é definitivamente transferida para Barras.²²

A proximidade com Teresina, sede da UFPI, fez com que alguns dos coordenadores fizessem a opção por residir na capital e não mais na área do projeto como era em Bom Jesus. Então, os finais de semana, antes utilizados para convivência social descontraída com a comunidade e os próprios estagiários, não mais existiam. O esvaziamento desta convivência fez com que deixasse de acontecer o intercâmbio entre comunidade e equipe do projeto, visto que a maioria de alunos e professores deixava a área na sexta-feira à tarde e só retornavam na segunda-feira ou terça.

[...] Em Barras tivemos outra vivência. Todos nós estávamos insatisfeitos e cada um foi se ausentando de Barras, professor e alunos passavam o final de semana fora da área do projeto. Comprei uma casa em Teresina, coloquei a família e eu mesmo vinha na sexta-feira e só retornava na terça-feira (M3).

[...] Participei das duas propostas e gostei da transferência para Barras por ser mais próximo de Teresina, mas por outro lado senti um corte radical na proposta, esse era um município mais evoluído, perto

de Teresina e com outras necessidades, o fato é que não teve o mesmo impacto [...] (D3).

Assim, a nova ordem político-administrativa trouxe como consequência redução considerável nas verbas e as dificuldades administrativas se avolumaram, o que tornou o projeto inviável, culminando com o seu fechamento no ano de 1986.

PRÓS E CONTRAS DO PROJETO CRUTAC

No período do recorte do estudo, a perspectiva de extensão universitária dos gestores e dos professores da universidade era um treinamento de estudantes universitários, dos dois últimos períodos, em comunidades rurais, dentro de um espírito humanitarista, engajados nos propósitos do governo brasileiro de combate à pobreza generalizada.

Dessa forma, embora o estágio fosse uma exigência legal nas universidades, nem todos os cursos da UFPI aderiram de imediato, pois o processo de implantação do CRUTAC não só encontrou apoio, mas teve resistência de seguimentos dos grupos envolvidos em relação ao projeto, pelo seu caráter impositivo, sem discussão com a comunidade universitária, e nem a sensibilização de estudantes e professores sobre o mesmo, assim como o desconhecimento dos profissionais que atuariam na sua implementação. Registros documentais e depoimentos confirmam que a idéia de se deslocar para Bom Jesus não foi aceita por vários motivos.²³ O depoimento ilustra as dificuldades iniciais.

[...] Professores e alunos não foram receptivos, alegavam a distância, que era área de barbeiro, que não tinha estrutura para acomodar tanta gente, era difícil a comunicação com Teresina [...] (E1).

Todavia, a viabilização deste empreendimento deu-se através de um processo que foi deflagrado e conquistado, ao longo de avanços e recuos.

[...] Eu acho que na educação e saúde o CRUTAC deixou uma grande parcela aqui pra região, porque nessa época aqui era muito atrasado. As ações do CRUTAC foram o ponta-pé inicial para acordar esta região (C2).

[...] O primeiro aspecto do desenvolvimento de Bom Jesus foi a construção da BR-135, quando o governo desbravou essa região inóspita e o segundo foi o CRUTAC [...] (C4).

Apesar dos problemas desvelados no decorrer do desenvolvimento do CRUTAC, não se pode afirmar que a extensão universitária rural que ocorreu na UFPI tenha sido vã, até porque a própria presença da universidade no meio rural

foi suficiente para aproximá-la da sociedade. [...] O CRUTAC ao sair de Bom Jesus deixou o colégio agrícola funcionando, mantido pela UFPI, pois foi uma exigência da comunidade [...] (C5).

E foi nesse movimento de aproximação da Universidade com as populações carentes que se constatou o distanciamento dessa instituição dos problemas enfrentados pelas comunidades mais pobres. Fato que provocou, naquele momento histórico, severas críticas de alunos e professores à postura elitista das universidades até então.²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito principal desse estudo foi resgatar a história da experiência extensionista vivida pelos discentes e docentes da UFPI no CRUTAC, nas décadas de 1970 e 1980 e, nesse sentido, considerou-se que os objetivos do estudo foram atingidos.

A pesquisa evidenciou como a extensão universitária se inseria no espaço da UFPI e seus desdobramentos decorrentes da implantação concomitante da própria universidade que nascia sob o signo da RU perpassada pela ideologia desenvolvimentista do governo militar.

O estudo mostrou ainda como se desenvolveu o treinamento dos alunos nas ações comunitárias no interior do Estado, revelando pontos de confluência da realidade nacional com o contexto local e favorecendo a visão particular dos sujeitos que vivenciaram esse processo. É preciso realçar, ao longo desta trajetória, trabalho de ação comunitária desenvolvido pela equipe de professores, principalmente, os que se fixaram na região, consolidaram o projeto e contribuíram para atenuar a força do assistencialismo vigente da época, proporcionando o treinamento de alunos dos mais variados cursos da UFPI e realçando o trabalho desenvolvido no CRUTAC.

Assim, no final da década de 1970, a política extensionista das universidades apoiadas pelo governo militar foi perdendo importância política nos novos cenários e os projetos de extensão dessa natureza perderam significado ou desapareceram.

A transferência do CRUTAC para um município mais próximo da UFPI, na tentativa de salvá-lo, não surtiu o efeito desejado e culminou com sua extinção no contexto da UFPI em 1986.

Entre o dever e a missão cumprida não pode restar o silêncio, que representa o esquecimento. Dessa maneira, um dos objetivos perseguidos por esse estudo foi o de tornar visível esta experiência

de trabalho obscurecida, em grande parte, pelos registros oficiais. Romper este silêncio transformando-o em história foi a nossa meta principal.

Eis então, o porquê desta versão da trajetória da extensão universitária no CRUTAC-PI. Falamos de coisas simples que fizeram parte da vivência e que se encontravam perdidas nas lembranças dos sujeitos que vivenciaram esse processo, sem focalizar heróis nem vilões, simplesmente tentando registrar ações de um passado ainda recente que merece atenção e reflexão.

REFERÊNCIAS

1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Esta extensão chamada CRUTAC. Natal (RN): UFRN; 1975.
2. Jezine E. A extensão universitária como uma prática social. In: Anais do 7º Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito, Equador. La Cuestión Rural em América Latina: Exclusión y Resistência Social: por un agro com soberanía, democracia y sustentabilidade. Quito (EC); 2006. p. 1-16.
3. Brasil. Lei Nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 29 de novembro de 1968.
4. Sousa ALL. A história da extensão universitária. Campinas (SP): Editora Alínea; 2000.
5. Romanelli OO. História da educação no Brasil. Petrópolis (RJ): Vozes; 1995.
6. Cunha LA. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro (RJ): Francisco Alves; 1988.
7. Universidade Federal do Piauí. Ato da Reitoria Nº 189 de 25 de abril de 1975. Dispõe sobre a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e ação Comunitária. Teresina (PI): UFPI; 1975.
8. Meihy JCSB. Manual da história oral. São Paulo (SP): Edições Loyola; 2005.
9. Burke P. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo (SP): UNESP; 1992.
10. Borenstein MS. O uso da história oral como uma possibilidade de construir a história da enfermagem. In: Borenstein MS, organizadora. Hospitais da Grande Florianópolis: fragmentos de memórias coletivas (1940-1960). Florianópolis (SC): Assembléia Legislativa; 2004. p.27-8.
11. Gomes R. Análise de dados em pesquisa qualitativa. In: Minayo MCS, organizadora. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 23ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2004. p. 67-79
12. Padilha MICS, Borenstein MS. O método de pesquisa histórico na enfermagem. Texto Contexto Enferm. 2005 Out-Dez;14(4):575-84.
13. Saraiva JL. A Origem e o papel da extensão universitária no Brasil. Brasília Med. 2007; 44(3):226-34.
14. Germano JW. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985). São Paulo (SP): Cortez; 2005.
15. Universidade Federal do Piauí. Ato da Reitoria Nº 45 de 08 de fevereiro de 1976. Define a estrutura e funcionamento do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária e dá outras providências. Teresina (PI): UFPI; 1976.
16. Universidade Federal do Piauí. Ato da Reitoria Nº 46 de 08 de fevereiro de 1976. Define a participação do aluno da UFPI nos programas do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária. Teresina (PI): UFPI; 1976.
17. Guimarães HS, Salmito MA. Estrutura e Dinâmica do Centro de Ciências da Saúde. Revista da UFPI. 1982 Jul; 1(3):62-72.
18. Universidade Federal do Piauí, Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária. Relatório das atividades do ano de 1979. Teresina (PI): Departamento de Enfermagem da UFPI; 1979
19. Carneiro MA. Extensão Universitária: Versão e Perversões, estudo tentativo de identificação do débito social das universidades federais do nordeste. Rio de Janeiro (RJ): Presença Edições; 1985.
20. Hennington EA. Acolhimento como prática interdisciplinar num programa de extensão universitária. Cad Saúde Pública. 2005 Jan-Fev; 21(1):256-65.
21. Loyola CMD, Oliveira RMP. A Universidade "Extendida": estratégias de ensino aprendizagem em enfermagem. Esc Anna Nery Rev Enferm. 2005 Dez; 9(3):429-33.
22. Universidade Federal do Piauí. Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária: Relatório das atividades do ano de 1979. Teresina (PI): UFPI/Departamento de Enfermagem; 1981.
23. Universidade Federal do Piauí. Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária: Relatório das atividades do ano de 1979. Teresina (PI): UFPI; 1984.